

● José Sarney pretende entregar a presidência com as finanças saneadas, e para isso dispõe de 17 meses. Quatro tentativas de derrotar o maior fantasma da economia — a inflação — não deram certo. O entendimento entre empresários, trabalhadores e Governo é o último trem para fora da crise.



## COMO SAIR DA CRISE

# Pacto social representa última esperança

O pacto social firmado entre trabalhadores, empresários e governo, na madrugada da última sexta-feira, depois de 11 horas de tensa e histórica reunião, é a última esperança do Palácio do Planalto para tentar controlar a marcha batida da economia rumo à hiperinflação. Nos próximos 60 dias, tentar-se-á garantir uma taxa de inflação de 26,5 por cento, em novembro, e 25 por cento, em dezembro. Antes do pacto, a previsão do mercado era sombria: 30 por cento em novembro, e 32 a 34 por cento em dezembro.

Os empresários se comprometeram a conter os seus preços, e o Governo, idem, em relação às tarifas e serviços públicos, de acordo com a taxa previamente pactuada. Os trabalhadores confiaram na palavra de ambos e aceitaram a manutenção do reajuste de 21,39 por cento garantido pela URP (Unidade de Referência de Preços), em novembro, e 26 por cento, em dezembro. Ou seja: este mês, haverá perda salarial. Esta, no entanto, seria superior se se concretizasse a previsão do mercado, de uma taxa de 28 a 30 por cento. No próximo mês, em compensação, haverá, se o pacto funcionar, um ganho real, com a taxa prevista de 25 por cento e a URP de 26 por cento.

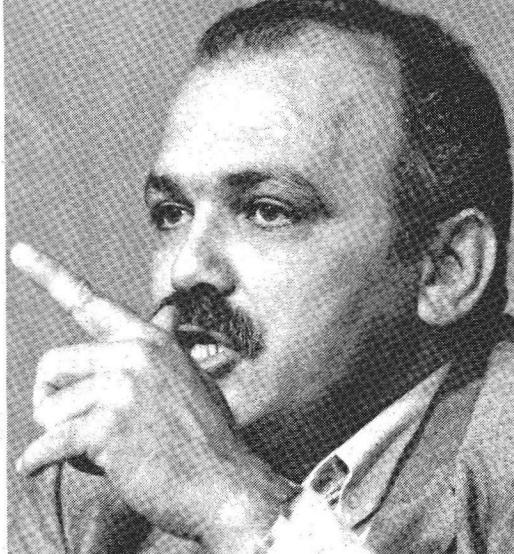
Vencidos os primeiros 60 dias de tentativa de manter o pacto social, ficou convencionado entre as três partes pactuantes que a política salarial será alterada. O reajuste deixaria de refletir a média da inflação dos últimos três meses (que embute uma perda permanente a cada mês) e passaria a ser mensal de acordo com uma taxa "pré-pactuada". Para que a nova política salarial vingue haverá de ser cumprida a promessa dos empresários e do Governo de segurar seus respectivos preços e ser mantido o controle dos preços dos 94 produtos contidos na nova cesta básica.

Tudo irá por água abaixo, segundo os empresários, se, paralelamente ao controle dos preços, o Governo não segurar seus próprios gastos. Não ficou definido em que nível do Produto Interno Bruto se situará o déficit público ao longo do próximo ano. A promessa do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, é a de alcançar um déficit público abaixo de 2 por cento. Tudo dependerá de decisão política, não apenas do presidente da República, mas, também, do Congresso, investido, pela nova Constituição, da responsabilidade de aprovar o orçamento da União.

FOTOS: ARQUIVO



Albano Franco coordena os empresários



Medeiros é porta-voz dos trabalhadores



Roberto Bornhausen responde pelos bancos



Costa Couto é representante do Governo



Mário Amato foi um precursor do acordo



Paulo César Ximenes fala pela Fazenda